

Estudo Técnico Preliminar 50/2022

1. Informações Básicas

Número do processo: 48051.004289/2022-81

2. Descrição da necessidade

2.1. A contratação dos serviços objeto deste instrumento tem por objetivo a realização de manutenção corretiva para atender as necessidades da unidade Sede da Agência Nacional de Mineração (ANM), localizada na cidade de Brasília/DF.

2.2. Os serviços contratados deverão proporcionar condições ideais de funcionamento da edificação, sob a melhor relação “custo x benefício” para a Agência, obedecidas as normas e regulamentos internos e legislações aplicáveis, devendo os procedimentos serem executados com utilização de profissionais capacitados por curso de formação, obrigatoriamente empregados da empresa contratada, bem como com a utilização de equipamentos de proteção e segurança, conforme legislação de regência.

2.3. A contratação ora pretendida justifica-se por se tratar de atividade acessória, instrumental ou complementar, objeto de execução indireta, necessária ao bom desempenho das atribuições da Administração e da atividade fim da Agência, por assegurar a manutenção dos imóveis da ANM em condições adequadas para seu funcionamento, mediante o emprego de mão de obra qualificada e de materiais e equipamentos que se fizerem necessários para execução dos serviços, de forma corretiva (por demanda).

2.4. Os edifícios da ANM (antiga e nova sedes) estão desassistidos dos serviços de manutenção predial desde o final de novembro de 2021. Por este motivo, faz-se necessária a realização de nova contratação, pois o serviço de manutenção predial é essencial para a assegurar que os imóveis vinculados à ANM se encontrem em condições adequadas e seguras para seu funcionamento, objetivando o bom atendimento aos servidores e ao público externo.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
CONINFRA	Kleber Bolívar Meneghel Vargas

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A contratação deverá atender aos seguintes requisitos legais:

4.1.1. Lei nº 10.520, de 17/07/2002;

4.1.2. Decreto nº 10.024, de 20/09/2019;

4.1.3. Decreto nº 9.507, de 21/09/2018;

4.1.4. Decreto nº 7.746, de 05/06/2012;

4.1.5. Decreto nº 8.538, de 06/10/2015;

4.1.6. Lei nº 8.666, de 21/06/1993;

4.1.7. Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

4.1.8. Disposições legais da União e do Governo do Distrito Federal;

4.1.9. Prescrições e recomendações de fabricantes;

4.1.10. Manuais de Obras Públicas da SEAP – Projetos, Execução e Manutenção;

4.1.11. Outros regulamentos específicos e normas aplicáveis ao serviço.

4.2. Para a habilitação técnica no certame, as Licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

4.2.1. Comprovante de Registro ou Inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA da jurisdição da empresa, comprovando atividade relacionada com o objeto, no qual conste 01 (um) Responsável Técnico;

4.2.2. Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por empresa(s) de direito público ou privado, em seu nome, devidamente reconhecido(s) pelo CREA, onde seja comprovado que a licitante executou serviços com características semelhantes;

4.2.3. Comprovar possuir em seu quadro permanente, profissional de nível superior habilitado na(s) área(s) referida(s), detentor de atestados de responsabilidade técnica por trabalhos de características semelhantes, limitadas às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação;

4.2.4. Para a comprovação de execução de obra ou serviços similares, poderão ser apresentados um ou mais atestados, desde que comprove(m) trabalho de características semelhantes ao objeto deste projeto básico.

4.3. A empresa a ser contratada será responsável pela destinação ambientalmente correta de todas as peças e materiais utilizados, obedecendo à legislação e orientações relativas ao compromisso com o meio ambiente.

4.4. Durante a execução de tarefas no ambiente da ANM, os funcionários da contratada deverão observar, no trato com os servidores e o público em geral, a urbanidade e os bons costumes de comportamento, tais como: pontualidade, cooperação, respeito mútuo, disciplina e zelo com o patrimônio público.

4.5. A contratada deverá fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços.

4.6. Todos os equipamentos e materiais necessários à prestação dos serviços deverão atender plenamente ou superar as especificações técnicas estabelecidas.

4.7. A contratada deverá manter em seu quadro, durante todo o período de execução do contrato, técnicos profissionais capacitados e com experiência na prestação dos serviços que se pretende contratar, sendo responsável pela reciclagem e atualização, quando for o caso. Os empregados da contratada atenderão às demandas de trabalho por meio do fiel cumprimento do futuro contrato a ser firmado.

4.8. Os serviços objeto deste certame são necessários à Administração para o desempenho de suas atividades e enquadram-se no conceito de comum de engenharia, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência e no Edital de Licitação, por meio de especificações usuais de mercado, podendo ser contratados com ampla competitividade, por meio da modalidade Pregão, na forma do art. 1º da Lei nº 10.520 /2002.

4.9. A contratação pretendida deverá estender-se por mais de um exercício financeiro e a interrupção dos serviços comprometerá a continuidade das atividades desenvolvidas, pelo que está perfeitamente enquadrada como serviço de natureza continuada, na forma estabelecida na Lei nº 8.666/93.

4.10. Nos termos do que dispõe o art. 15 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 05, de 26 de maio de 2017, serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

4.11. No caso em estudo, a atividade final de manutenção corretiva predial é essencial ao funcionamento pleno da instituição em suas duas edificações, e deve ser executada de forma continuada, porém sem mão de obra exclusiva, para que os objetivos institucionais sejam atingidos.

4.12. As consequências da falta deste serviço de manutenção corretiva na ANM podem ser constatadas nas constantes demandas de trocas de peças hidráulicas, solicitação de remanejamento de divisórias e de serviços de instalação elétrica nas estações de trabalho. Além disso, a manutenção corretiva é uma das formas de preservação da integridade do patrimônio público, de modo a atender a Lei de Responsabilidade (lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000), que estabelece a obrigatoriedade de manutenção de edificações públicas.

4.13. A falta de manutenções corretivas ocasionam:

- a) Afeta a salubridade dos ambientes, tal como evidenciado nas requisições de serviços dos banheiros e copas, por exemplo.
- b) Afeta o desenvolvimento dos trabalhos, pois a falta de energia nas estações de trabalho prejudica o funcionamento dos computadores, ocasionando atraso na entrega dos trabalhos.
- c) Afeta a organização do trabalho, pois a falta de delimitação dos ambientes físicos prejudica o bem estar da Agência, devido à diversidade de assuntos que são tratados.
- d) A falta de regularidade na manutenção corretiva, além de afetar a integridade e vida útil das edificações, pode gerar problemas futuros de sinistros;

e) A falta de manutenção corretiva torna-se necessária para adequação e adaptação às exigências dos órgãos de controle sanitário, ambiental, de segurança e combate a incêndio, de acessibilidade, trabalhista e de convívio entre servidores.

f) A falta de pessoal especializado poderá afetar as condições elétricas da antiga sede da ANM, que apesar de não estar totalmente operacional, ainda há servidores e colaboradores atuando naquele local. Além disso, a sala cofre da Agência permanece naquele edifício, sendo necessário, portanto, manter a rede elétrica segura e operante.

4.14. Neste sentido, estarão inclusos os seguintes serviços:

- a) Serviços de manutenção da rede elétrica de distribuição;
- b) Manutenção dos sistemas de distribuição de água internas e externas às edificações;
- c) Drenagem de águas pluviais;
- d) Fechamento de ambientes com divisórias;
- e) Serviços de manutenção de infraestrutura existentes que venham a ser necessários para o funcionamento da Agência.

4.15. Os serviços de manutenção citados no item 4.14 abrangem as seguintes categorias de serviços:

- a) Manutenção Corretiva de Urgências/Emergências: atividades de manutenção executada após a ocorrência de falha ou de desempenho insuficiente dos componentes da edificação;
- b) Manutenção Corretiva de Reparação: intervenções de ajustes e reparos em componentes construtivos dos imóveis existentes, com substituições e troca dos componentes existentes, cuja vida útil expirou, incrementando melhor desempenho às partes reparadas e proporcionando acréscimos na vida útil e na funcionalidade da edificação.

4.16. Diante de tudo que foi descrito, não resta dúvida acerca da natureza continuada dos serviços, sem dedicação de mão de obra, que se pretende licitar, podendo os mesmos serem contratados por demanda.

4.17. Critérios de Sustentabilidade

4.17.1. É indispensável a adoção, pela contratada, de critérios e práticas de sustentabilidade na prestação dos serviços, conforme a seguir:

- a) Fornecer materiais/equipamentos compostos no todo ou em parte, por material reciclável, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR-15448 e 15448-2;
- b) Acondicionar os materiais/equipamentos em embalagens compostas, se possível, por materiais recicláveis;
- c) Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos (NBR 10004/2004);

- d) Colaborar com as medidas de redução de consumo e uso racional da água, cujo(s) encarregado(s) deve(m) atuar como facilitador(es) das mudanças de comportamento de empregado(s) da Contratada;
- e) A aquisição de equipamentos consumidores de energia deverá ser realizada de modo que o bem a ser adquirido apresente o melhor desempenho sob o ponto de vista de eficiência energética;
- f) Devem ser verificados na aquisição dos equipamentos, quando possível, o selo PROCEL – Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica e o selo INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial;
- g) Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição de produtos e equipamentos que apresentem eficiência energética e redução de consumo;
- h) Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia fornecidas pelo Contratante;
- i) Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7/12/94, e legislação correlata, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- j) A Contratada deverá elaborar estratégias sustentáveis seguindo os manuais e recomendações do CBCS (Conselho Brasileiro de Construção Sustentável), bem como a legislação específica vigente, em especial a Lei nº 12.305, de 2010, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos, a IN nº 1 – SLTI/MPOG, de 2010, que estabelece critérios de sustentabilidade ambiental na contratação de obras pela administração pública federal e o Decreto nº 7.746, de 2012, que regulamenta o artigo 3º da Lei nº 8.666, de 1993, e estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal;
- k) Sempre que possível, os materiais não devem conter substâncias perigosas em concentrações acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.13. Da equipe de profissionais a serem disponibilizados pela contratada

4.13.1. Para atender os trabalhos de execução dos projetos propostos, será necessário que a empresa contratada possua, em seus quadros, profissionais habilitados para execução dos serviços, devendo conhecer a infraestrutura onde ocorrerá a intervenção. Além disso, todas ferramentas e materiais necessários para a prestação dos serviços ficarão a cargo da empresa contratada.

4.13.2. A princípio, as categorias profissionais que poderão ser empregadas na execução dos serviços descritos, de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), são descritas no Quadro 1.

Quadro 1 - Categorias de profissionais que podem participar da execução dos serviços de manutenção corretiva dos edifícios da ANM localizados no Distrito Federal.

--	--	--

PROFISSIONAL	QUANTIDADE MÍNIMA	CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES (CBO)
Engenheiro Civil	1	214
Eletricista	1	9511-05
Pedreiro	1	7152-10
Servente	2	7170-20
Encanador	1	724110
Carpinteiro	1	7155-05
Gesseiro	1	716405
Serralheiro	1	7244-40
Montador de móveis e artefatos de madeira	2	774105

4.13.2.1. Os profissionais descritos no Quadro 1 são exemplificativos, logo, eles poderão ser substituídos por outros profissionais em razão da necessidade de serviço demandado pela ANM/DF.

4.13.2.2. O custo unitário de todos os profissionais listados no Quadro 1 estão referenciados na planilha orçamentária em anexo. Cabe destacar que o profissional "Montador de móveis e artefatos de madeira" foi relacionado ao custo do serviço de carpintaria (carpinteiro), código SINAPI 88262, devido às similaridades das atividades.

4.13.3. A empresa deverá comprovar que os seus funcionários cumpram com os seguintes pré-requisitos:

- a) Tenham conhecimento na área de execução em suas respectivas disciplinas;
- b) Que o engenheiro responsável pelos serviços emita Anotação de Responsabilidade Técnica, sendo todo seu custo arcado pela contratada;
- c) Que possua os profissionais descritos no Quadro 1 ou contrato futuro de prestação de serviços.

4.13.4. O Quadro 1 é uma indicação prévia de pessoal necessário para a execução dos serviços, podendo ser alterado conforme o desenvolvimento dos trabalhos.

4.13.5. Todos os materiais que serão utilizados nos serviços de manutenção corretiva deverão ser novos e de primeira qualidade e serão fornecidos pela Contratada.

4.13.6. A Contratada orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Fiscalização da ANM, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.

4.13.7. A Contratada deverá providenciar para que os seus empregados se apresentem à ANM, quando solicitados, trajando uniformes fornecidos pela empresa (contratada).

4.14. Das normas de segurança

4.14.1. Os serviços a serem desenvolvidos respeitarão as prioridades identificadas pela Comissão de fiscalização em conjunto com a Divisão de Projetos, Normas e Reformas (DIPNOR/CONINFRA), respeitando sempre as normas de segurança vigentes, já que em todos os serviços os profissionais devem utilizar os EPI's exigidos pelas legislações, bem como observar as seguintes normas de segurança do trabalho:

- a) NR 01 - Disposições Gerais;
- b) NR 02 - Inspeção Prévia;
- c) NR 03 - Embargo ou Interdição;
- d) NR 04 - Serviços Especializados em Eng. de Segurança e em Medicina do Trabalho;
- e) NR 05 - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes;
- f) NR 06 - Equipamentos de Proteção Individual – EPI;
- g) NR 07 - Programas de Controle Médico de Saúde Ocupacional;
- h) NR 08 – Edificações; i) NR 09 - Programas de Prevenção de Riscos Ambientais;
- j) NR 10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
- k) NR 11 - Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais;
- l) NR 12 - Máquinas e Equipamentos;
- m) NR 15 - Atividades e Operações Insalubres;
- n) NR 16 - Atividades e Operações Perigosas;
- o) NR 17 – Ergonomia;
- p) NR 18 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção;
- q) NR 21 - Trabalho a Céu Aberto;
- r) NR 23 - Proteção Contra Incêndios;
- s) NR 24 - Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho;
- t) NR 25 - Resíduos Industriais;
- u) NR 26 - Sinalização de Segurança;

v) NR 27 - Registro Profissional do Técnico de Segurança do Trabalho no MTB (Revogada pela Portaria GM n.º 262/2008);

w) NR 28 - Fiscalização e Penalidades;

x) NR 35 – Trabalho em altura.

4.14.1.1. As normas de segurança constantes destas especificações não desobrigam a Contratada do cumprimento de outras disposições legais, federais e estaduais/distritais pertinentes, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações ou reclamações movidas, por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de culpa nas precauções exigidas no trabalho ou da utilização de materiais inaceitáveis na execução dos serviços.

4.14.2. A Contratada deverá fornecer todos os EPIs comuns necessários à realização das atividades dos seus empregados, como os listados no Quadro 2.

Quadro 2 - Descritivo de EPIs Comuns para os profissionais que atuarão na execução dos serviços na ANM/DF

Item	Descrição
1	Capacete de segurança
2	Óculos de segurança incolor
3	Luvas de látex
4	Luvasraspa de couro
5	Máscara de proteção individual PFF-1S
6	Protetor auricular

4.14.2.1. A Contratada deverá, ainda, fornecer os EPIs especiais necessários à realização de atividades específicas que exijam outros EPIs, além dos listados no Quadro 2.

4.14.2.1.1. O Quadro 3 trás uma relação não exaustiva desses EPIs especiais. A Contratada deverá providenciar todo e qualquer outro EPI extra necessário para a segurança de seus empregados.

Quadro 3 - Descritivo de EPIs Especiais

Item	Descrição
1	Calça para Eletricista - Risco 2
2	Camisa para Eletricista - Risco 2
3	Capacete com jugular
4	Óculos de segurança fumê
5	Protetor auricular tipo Plug
6	Luva de vaqueta
7	Luva vaqueta com cobertura

8	Luva alta tensão 10.000v - 10POL
9	Luva alta tensão 2.500v - 10POL
10	Botina de segurança s/biqueira de aço bico em poliuretano

4.15. A Contratada deverá considerar todas as precauções e zelar permanentemente para que as suas operações não provoquem danos físicos ou materiais a terceiros, cabendo-lhe, exclusivamente, todos os ônus para reparação de eventuais danos causados.

4.16. No caso em que a Contratada venha a, como resultado das suas operações, danificar áreas não incluídas no setor de seu trabalho ou, mesmo, prejudicar o funcionamento ou operação das demais unidades do prédio, ela deverá recuperá-las, às suas expensas, deixando-as conforme seu estado original.

4.17. Todas as questões, reclamações, demandas judiciais, ações por perdas ou danos e indenizações oriundas de danos causados pela Contratada serão de sua inteira responsabilidade, não cabendo responsabilidade solidária ou subsidiária por parte da Contratante.

4.18. Correrá por conta exclusiva da Contratada a responsabilidade por quaisquer acidentes na execução dos serviços contratados, pelo uso indevido de patentes registradas e pela destruição ou danificação dos demais serviços em execução até sua definitiva aceitação.

4.19. São de integral e exclusiva responsabilidade da Contratada eventuais demandas trabalhistas, movidas por sua equipe, e processos, ações ou reclamações movidas por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de qualquer ato culposo ou doloso executado por sua equipe na execução dos serviços.

4.20. Os representantes da Fiscalização da ANM e toda pessoa autorizada pela mesma terão livre acesso aos locais dos serviços, ao almoxarifado e a todas as áreas onde estejam sendo estocados e/ou montados/fabricados materiais, peças, componentes e equipamentos relativos à execução dos serviços contratados.

4.21. A Fiscalização da ANM não aceitará a transferência de qualquer responsabilidade da Contratada para outras entidades, sejam fornecedores, técnicos, subempreiteiros, subcontratadas, entre outros.

4.22. A execução de cada serviço dar-se-á com emissão prévia da Ordem de Serviço emitida pela DIPNOR/CONINFRA.

4.22.1. A emissão da Ordem de Serviço, para efeito de comprovação e pagamento das tarefas, será emitida por meio de formulário próprio da ANM ou por meio eletrônico (e-mail).

4.22.2. Os comunicados (Ordem de serviço) terão caráter formal e poderão ser enviados por email ou outro dispositivo eletrônico, sendo denominados de Comunicados da Fiscalização. Esses comunicados serão numerados sequencialmente, de forma a se obter um histórico de comunicados enviados.

5. Levantamento de Mercado

5.1. O quadro 2, retirado do Acórdão TCU nº 2.339/2016-Plenário mostra os possíveis modelos que se adequariam à contratação em pauta:

Quadro 2 - Modelos de contratos de manutenção Predial (Acórdão TCU nº 2.339/2016-Plenário)



5.2. De todas as possibilidades, esta equipe de planejamento considera que a contratação como "SERVIÇOS" é a mais adequada, visto que não estabelece postos fixos de trabalho, não sobrecarrega a Administração e apresenta o melhor custo-benefício para a ANM, pois as atividades a serem executadas são intermitentes.

5.3. Foi realizada consulta no âmbito do Painel de Preços do SICAF, nível Governo Federal, e buscou-se a parametrização de fornecedores que atuam no Distrito Federal, utilizando os filtros de Pessoa Jurídica, Unidade Federativa, Município e Linha de Conhecimento de execução de Manutenção/Serviços de engenharia. O resultado dessa pesquisa é mostrado pela Tabela 2.

Tabela 2 - Empresas de manutenção predial que atuam no Distrito Federal (Painel de Preços, consulta realizada em agosto de 2022).

Modalidade	Código do CATSER	Fornecedor	UASG - Unidade Gestora	Data da Compra
Pregão	1627	CASA PONTE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA	120006 - MAER-GAPBR-GRUPAMENTO DE APOIO DE BRASILIA/DF	24/08/2021
Pregão	1627	INOVETTOR SERVICOS DE ENGENHARIA EIRELI	120006 - MAER-GAPBR-GRUPAMENTO DE APOIO DE BRASILIA/DF	24/08/2021
Pregão	1627	CONCRETE HOUSE CONSTRUCOES, COMERCIO E SERVICOS EIRELI	120006 - MAER-GAPBR-GRUPAMENTO DE APOIO DE BRASILIA/DF	24/08/2021
Pregão	1627	STARK CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI	160186 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO DO QGEX	23/09/2021
Pregão	1627	MENDONCA E GONCALVES CONSTRUCOES E INCORPORACOES EIRELI	120006 - MAER-GAPBR-GRUPAMENTO DE APOIO DE BRASILIA/DF	24/08/2021
Pregão	1627	R.P.A CONSTRUTORA E SERVICOS TERCEIRIZADOS EIRELI	530001 - DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO	03/09/2021
Pregão	1627	CONCRETE HOUSE CONSTRUCOES, COMERCIO E SERVICOS EIRELI	120006 - MAER-GAPBR-GRUPAMENTO DE APOIO DE BRASILIA/DF	24/08/2021
Pregão	1627	PIRAMIDE REFORMA E PINTURA LTDA	120006 - MAER-GAPBR-GRUPAMENTO DE APOIO DE BRASILIA/DF	24/08/2021
Pregão	1627	ATERRA ENERGIA E ENGENHARIA LTDA	010001 - CAMARA DOS DEPUTADOS	03/11/2021

Pregão	1627	HD SERVICOS E CONSTRUÇOES EIRELI	120006 - MAER-GAPBR- GRUPAMENTO DE APOIO DE BRASILIA/DF	24/08/2021
--------	------	-------------------------------------	---	------------

5.6. Logo, diante da Tabela 2, constata-se que o mercado local pode apresentar empresas que possam executar o objeto da licitação.

5.7. A contratação dar-se-á em regime de maior desconto, para execução de serviços de manutenção com fornecimento de peças, equipamentos e materiais, conforme tabela referencial da ANM, tendo como base tabelas referenciais SINAPI, ORSE e SETOP, anexo ao Termo de Referência.

5.8. Caso o serviço demandado não se encontre em tabela referencial da ANM, poderão ser usadas de forma direta as tabelas SINAPI, ORSE e SETOP, aplicando-se o mesmo percentual de desconto ofertado pelo licitante vencedor.

5.9. Uma vez identificada necessidade de serviço ou material que não conste da planilha de itens original do contrato, será adotado o seguinte procedimento, previsto no Acórdão-TCU nº 1.238/2016 – Plenário e com algumas adaptações pontuais:

5.9.1. Caso o item conste do SINAPI/ORSE/SETOP o valor adotado no contrato será o valor do item para a região correspondente, considerando-se a tabela referencial da ANM, utilizada em licitação, aplicando-se posteriormente o desconto oferecido.

5.9.1.1. O reajuste será efetuado anualmente, aplicando-se o índice INCC a partir da data base das tabelas SINAPI, SETOP e ORSE, adotadas pela Administração em Licitação.

5.9.2. Caso o material não conste do SINAPI, poderão ser utilizadas as planilhas citadas no item 5.8, contudo, e persistindo a inexistência do material nessas planilhas, a Contratada irá ofertar preço e a Contratante fará pesquisa de preços em, pelo menos, 3 (três) fornecedores, com o objetivo de confirmar se o preço proposto pela contratada está de acordo com o praticado no mercado, e posteriormente chegar a um acordo sobre o preço final, aplicando-se o mesmo percentual de desconto ofertado pelo licitante vencedor."

5.10. A Contratada deverá se manifestar pela concordância ou discordância das novas composições feitas pela Contratante em até 10 dias úteis do recebimento.

5.10.1. Caso haja discordância de itens, a Contratada deverá justificá-los para posterior avaliação pela Contratante.

5.10.2. Decorridos os 10 dias úteis, caso não haja manifestação da Contratada, será considerado que a empresa anuiu com a composição feita pela Contratante para fins de inclusão dos itens na medição e pagamento.

5.11. Além da definição do custo citada acima, a Contratante deverá definir o prazo para início (tipo de serviço), prazo para execução e a quantidade anual estimada de cada item.

5.12. Feitos os procedimentos acima, os itens passarão a fazer parte do contrato e poderão ser usados nas demandas que surgirem.

5.13. Conforme art. 14 do Decreto nº 7.893/2013, a diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor da Contratada por ocasião do acréscimo de itens com a metodologia descrita acima.

5.14. O acréscimo de itens no formato acima será posteriormente formalizado por meio de aditivo contratual, caso seja necessário.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A empresa contratada atuará nos dois edifícios da ANM/DF, sendo um próprio e o outro alugado, ficando responsável pelos serviços de manutenção corretiva predial: elétrico, hidrossanitário, remanejamento e instalação de divisórias, entre outros serviços necessários para o bom funcionamento das edificações.

6.2. Os serviços devem estar de acordo com a planilha referência da licitação, que é a planilha base do SINAPI, ou na falta dessa, ORSE e SETOP.

6.3. Os serviços prestados terão caráter contínuo. O que caracteriza esse tipo serviço é a sua essencialidade para assegurar a integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente, ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que a sua interrupção possa comprometer a prestação do serviço público. Nesse sentido, os serviços a serem contratados se enquadra como serviços de natureza continuada, apesar de poderem ser executados por demanda devido a imprevisibilidade das situações que podem surgir, demandando mão de obra especializada, materiais e equipamentos específicos.

6.4. A índole contínua do serviço demanda análise casuística, cujos vetores são:

- a) se a execução do serviço a ser contratado constitui atividade cuja interrupção possa comprometer os objetivos institucionais;
- b) se a prestação deva ocorrer em período indefinido ou definido e longo, para a satisfação de necessidade pública permanente; e
- c) se a atividade é de apoio à realização das atividades essenciais do órgão ou entidade.

6.5. Desta forma, devido à maior economicidade e consoante com as demais contratações semelhantes firmadas na ANM para serviços de manutenção, recomenda-se que o objeto deste estudo técnico preliminar seja contratado por meio de Pregão, com julgamento pelo maior desconto, a ser executado por demanda, com possibilidade de prorrogação do contrato até o limite de 60 meses, caso seja interesse da Administração, para prestação de serviço de manutenção predial corretiva na ANM/DF. O contrato deverá ser firmado com a(s) licitante(s) habilitada(s) que apresentar(em) o maior desconto da tabela de orçamento de referência exemplificativo, que constará do Termo de Referência.

6.6. A planilha de custos e formação de preços servirá como referência exemplificativo para os licitantes apresentarem suas propostas de preços, mas não servirá de limitador para execução dos serviços após formalização do Contrato, podendo ser executados qualquer serviço constante nas tabelas do SINAPI, ORSE e SETOP.

6.7. Em geral, os serviços de manutenção predial corretiva compreendem as seguintes disciplinas:

- a) instalações elétricas;
- b) instalações de prevenção contra descargas atmosféricas (manutenção);
- c) instalações de lógica e telefonia;
- d) instalações de áudio;
- e) instalações hidrossanitárias;
- f) instalações e equipamentos de prevenção e combate a incêndio (manutenção);
- g) remanejamento e instalação de divisórias, incluindo portas e vidros (incremento de novos elementos e soluções necessárias à otimização do uso da edificação, no que tange a acessibilidade, segurança, atualização de layouts, e outras demandas prediais que se mostrarem necessárias);
- h) pequenos reparos, movimentação, montagem e desmontagem de bens móveis correlatos aos serviços de manutenção predial.

6.7.1. Conforme definido no objeto desta contratação, pequenos reparos de ambientes fazem parte do escopo deste contrato, podendo ser executadas em qualquer um dos locais de execução dos serviços definidos nos edifícios da ANM/DF.

6.8. Os serviços de manutenção predial corretiva serão executados no horário de 07hs às 19hs, de segunda a sexta-feira, salvo quando o Contratante, em casos excepcionais, requerer a execução em data e horário programados, de segunda-feira a domingo.

6.9. Os prazos de início de atendimento das ordens de execução de serviços de manutenção predial corretiva programada serão determinados pela classificação de prioridade pelo Contratante, segundo critérios técnicos, dentre os quais a urgência do atendimento, complexidade dos serviços, grau de risco às instalações, sistemas e equipamentos, e prejuízo à prestação do serviço público pelo Contratante.

6.10. Os prazos de conclusão das ordens de execução de serviços de manutenção predial corretiva serão determinados pela classificação de prioridade do Contratante, segundo critérios

técnicos, dentre os quais a urgência do atendimento, complexidade dos serviços, grau de risco às instalações, sistemas e equipamentos, e prejuízo à prestação do serviço público pelo Contratante.

6.11. Os serviços deverão ser prestados de acordo com a melhor técnica, obedecendo-se às normas técnicas vigentes (em especial, aquelas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT – e de segurança e medicina do trabalho – NR's – do Ministério do Trabalho), de forma a permitir o perfeito funcionamento das instalações e equipamentos do Contratante.

6.12. As áreas e terrenos públicos relativos aos dois imóveis do Contratante (ANM/DF), assim considerados os terrenos, calçadas e passeios, constituirão objeto do futuro contrato.

6.13. Os serviços por demanda serão categorizados em um dos 5 (cinco) tipos de serviços listados a seguir. O tipo de serviço determina qual será o prazo máximo que a contratada terá para iniciar a execução do serviço:

I - Tipo A: Serviços urgentes que exijam pronta solução, como vazamentos, queda de energia, etc. O prazo para início desses serviços será de até 40 minutos após o recebimento da Ordem de Serviço.

II - Tipo B: Serviços que necessitem apenas de materiais/peças/equipamentos que a contratada deve possuir em estoque. O prazo para início desses serviços será de até 2 horas após o recebimento da Ordem de Serviço.

III - Tipo C: Serviços que necessitem de materiais/peças/equipamentos que, apesar de não serem necessários em estoque na Contratada, são encontrados facilmente no comércio local. O prazo para início desses serviços será de até 20 horas após o recebimento da Ordem de Serviço.

IV - Tipo D: Serviços que necessitem de materiais/peças/equipamentos que, normalmente, precisam ser encomendadas de outros estados da federação. O prazo para início desses serviços será de até 10 dias após o recebimento da Ordem de Serviço.

V - Tipo E: Serviços que exijam subcontratação de empresa especializada. O prazo para início desses serviços será de até 20 dias após o recebimento da Ordem de Serviço.

6.13.1. A depender das especificidades de cada demanda, a Fiscalização da ANM poderá enquadrar o serviço necessário em um tipo de serviço que conceda mais tempo para a contratada iniciar a execução. O contrário não será permitido, ou seja, o tipo de serviço não poderá ser alterado em desfavor da contratada.

6.13.1.1. Em caso de eventuais necessidades de priorização de demandas, um prazo menor poderá ser definido pela Fiscalização.

6.13.2. Manutenções que contenham mais de um serviço associado terão sempre o tipo de serviço correspondente àquele serviço que conceda mais tempo para a contratada iniciar a execução.

6.14. Materiais:

6.14.1. A Contratada deverá estar apta a fornecer, em Brasília-DF, todos os materiais listados na aba "SERVIÇO POR DEMANDA" da planilha de Orçamento Estimativo, de acordo com a solicitação da Contratante.

6.14.2. Todos os materiais, componentes e equipamentos fornecidos pela Contratada deverão ser novos – sem utilização anterior – e possuir garantia pelo prazo estabelecido pelo fabricante.

6.14.3. Antes da utilização, os materiais fornecidos pela Contratada deverão ser aprovados pela Contratante.

6.14.4. No caso de não haver indicação de marca como padrão de referência dos materiais, deverão ser observadas as marcas e os modelos padronizados dos materiais instalados nas edificações da Contratante.

6.14.5. Caso não seja possível identificar os modelos dos materiais instalados nas edificações, a equivalência será avaliada comparando-se o preço definido no orçamento estimativo da licitação e o preço de mercado.

6.14.6. Caso algum material não esteja mais disponível no mercado (retirada de linha de fabricação ou outro motivo justificável), será admitida substituição por similar ou superior em qualidade.

6.14.7. A utilização de materiais ou produtos diferentes do especificado sem prévia autorização da Fiscalização sujeitará a Contratada às sanções definidas no contrato.

6.14.8. O estoque de materiais é de responsabilidade da Contratada e não haverá pagamento para materiais armazenados em estoque. Os materiais só serão pagos após a efetiva utilização.

6.14.9. A Contratada deverá providenciar a aquisição dos materiais necessários aos serviços em tempo hábil para a execução, de acordo com os prazos definidos para cada manutenção. A Fiscalização não aceitará a alegação de atraso dos serviços devido ao não fornecimento tempestivo dos materiais pelos fornecedores.

6.14.10. O quantitativo estimado na planilha de Orçamento Estimativo Exemplificativo é apenas uma indicação da necessidade que a ANM/DF terá durante o ano. No caso de renovação do contrato, será utilizada a planilha SINAPI vigente no mês em questão.

6.14.11. Só será medido e pago os quantitativos do Orçamento Estimativo ou da Planilha SINAPI efetivamente utilizado.

6.15. Ordem de Serviço - OS

6.15.1. A OS é um documento que tem o intuito de formalizar a solicitação para prestação do serviço. Ela é o primeiro passo a ser dado, quando houver a necessidade de solicitar a manutenção predial.

6.15.2. É importante que todos os principais dados estejam nesse formulário, para que haja um claro entendimento da equipe técnica que irá realizar a execução dos serviços. Esse documento servirá como um guia de trabalho e, dessa forma, será atualizado conforme forem sendo desenvolvidos os serviços, de acordo com seu progresso.

6.15.3. Alguns itens que não devem ser esquecidos na emissão da OS são descritos a seguir:

- Data e hora da abertura da ordem de serviço;
- Informações do solicitante;
- Descrição do serviço e local;
- Especialidade (pintura, elétrica, civil, etc.)
- Prioridade dos serviços;
- Previsão de execução do serviço.
- Na hora da execução, é importante que seja colocado:
 - Técnico responsável;
 - Materiais e peças utilizados;
 - Data e hora da finalização dos serviços.

6.15.4. O modelo de OS que será utilizado para a execução dos serviços está anexo a este documento.

6.16. Especificações das categorias profissionais que deverão atuar na manutenção corretiva:

6.16.1. Engenheiro:

a) Engenheiro civil, engenheiro eletricitista ou outros cargos semelhantes, desde que aprovados pela fiscalização, com as seguintes qualificações profissionais mínimas:

- Formação superior completa em engenharia civil, engenharia elétrica ou outro curso de engenharia, desde que aprovado pela Contratante;
- Registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA;
- Experiência como responsável técnico ou engenheiro residente de obras, serviços de engenharia ou reformas e/ou experiência como fiscal de obras, serviços de engenharia ou reformas e/ou responsável por projetos na área de engenharia;
- Experiência na elaboração de especificações técnicas, laudos, pareceres e relatórios técnicos de sua área de atuação;
- Sólidos conhecimentos das principais normas técnicas da ABNT e internacionais em sua área de atuação.

b) Atribuições:

- Atuar como responsável técnico e preposto do contrato para os serviços executados em Brasília-DF.
- Receber documentos e instruções da Fiscalização, analisá-los e repassá-los à equipe;
- Emitir documentos necessários à execução do contrato;
- Estar em contato permanente com a equipe de Fiscalização da ANM;
- Gerenciar todos os procedimentos e rotinas dos trabalhos com vistas a promover a qualidade na execução do objeto deste contrato;
- Manter a equipe atualizada quanto às normas técnicas, legais e administrativas.

6.16.2. Mestre de obras ou encarregado geral:

a) Técnico em Edificações ou outros cargos semelhantes, desde que aprovados pela fiscalização, com as seguintes qualificações profissionais mínimas:

- 2º grau completo e curso técnico profissionalizante na sua área de atuação;
- Experiência na supervisão e fiscalização de obras, serviços de engenharia ou reformas.

b) Atribuições (não exaustivas):

- Supervisionar, orientar, comandar e fiscalizar os serviços de manutenção;
- Cuidar da disciplina da equipe;
- Orientar e fiscalizar o uso dos equipamentos, ferramentas e materiais corretos, especialmente os de proteção;
- Poderá atuar diretamente na execução das manutenções, de acordo com seu grau de formação.
- Poderá receber documentos e instruções da Fiscalização, analisá-los e repassá-los à equipe.

6.16.3. Técnico Eletricista:

a) Qualificações profissionais mínimas:

- 2º grau completo e curso técnico profissionalizante na sua área de atuação;
- Experiência na execução de obras, serviços de engenharia ou reformas, dentro de sua área de especialidade.

b) Atribuições:

- Efetuar a manutenção de instalações elétricas prediais, equipamentos, comandos e controles eletroeletrônicos;
- Executar as alterações nos sistemas, conforme projetos ou especificações autorizadas;
- Interpretar desenhos e diagramas elétricos;
- Diagnosticar anomalias nos equipamentos elétricos e sistemas elétricos prediais, tomando as medidas necessárias.

6.16.4. Técnico em Manutenção:

a) Técnico em Instalações Hidrossanitárias, Técnico de Telefonia e Rede, Técnico de Manutenções Gerais (artífice) ou outros cargos semelhantes, desde que aprovados pela fiscalização, com as seguintes qualificações profissionais mínimas:

- 2º grau completo e curso técnico profissionalizante na sua área de atuação;
- Experiência na execução de obras, serviços de engenharia ou reformas, dentro de sua área de especialidade.

b) Atribuições do Técnico em Instalações Hidrossanitárias:

- Executar atribuições de bombeiros hidráulicos.

c) Atribuições do Técnico em Telefonia e Rede:

- Atuar na manutenção de sistemas de telecomunicações;
- Realizar manutenção de equipamentos de telecomunicações, tais como, terminais inteligentes, telefones, identificador de chamadas;
- Efetuar a manutenção de sistema interno de telefonia, extensões telefônicas, programação e categorização de ramais;
- Realizar a instalação e configuração de software de monitoramento de ligações telefônicas;
- Realizar a instalação e manutenção de rede telefônica de acesso;
- Executar serviços de manutenção de rede, incluindo a ampliação da rede lógica, conforme as normas técnicas EIA/TIA 568-A e ISO 11801, alterações nos sistemas, conforme projetos ou especificações autorizadas;
- Efetuar instalação e remanejamento de ramais, reparação de aparelhos telefônicos, manutenção e instalação de rede interna vertical e horizontal;
- Executar qualquer outra atividade que possa garantir o funcionamento dos equipamentos da ANM.

d) Atribuições do Técnico de Manutenções Gerais (artífice):

- Realizar serviços na área de manutenção predial geral que exijam habilidade no trato com ferramentas manuais (elétricas ou mecânicas), tais como: fixação e retirada de elementos (suportes, prateleiras, barras, quadros, divisórias dentre outros);
- Efetuar adaptação ou manutenção desses elementos (corte, perfuração, colagem, reaperto, reencaixe, lubrificação);
- Efetuar manutenção de persianas e cortinas (retirada para limpeza ou conserto, recolocação, fixação de peças soltas ou danificadas);
- Regulagem de molas hidráulicas de piso (portas de vidro temperado) ou aéreas;
- Realizar serviços de esquadria e vidraçaria;
- Realizar serviços de remoção, instalação e conserto de fechaduras;
- Realizar serviços de manutenção civil predial, tais como pintura, alvenaria, gesso, reparos de pisos, montagem e desmontagem de portas, janelas, divisórias e acessórios, entre outros na área de manutenção civil;
- Realizar outros serviços de natureza semelhante.

6.16.5. Auxiliar em Manutenção:

a) Auxiliar em Instalações Hidrossanitárias, Auxiliar Eletricista, Auxiliar de Telefonia e Rede, Auxiliar de Serviços Gerais ou outros cargos semelhantes, desde que aprovados pela fiscalização, com as seguintes qualificações mínimas:

- 1º grau completo (ensino fundamental) e curso técnico profissionalizante na sua área de atuação.

b) Atribuições: os Auxiliares em Manutenção deverão auxiliar os Técnicos em Manutenção em todas as suas atividades, executando tarefas como:

- Tarefas manuais simples que exijam esforço físico;
- Carregar e transportar móveis, equipamentos, materiais, ferramentas etc.;
- Executar tarefas de baixa complexidade técnica em suas áreas de atuação.

6.17. Avaliação dos serviços sob demanda

6.17.1. Índice de manutenções de serviços por demanda não aprovadas (I1)

6.17.1.1. Trata-se de indicador que mede a porcentagem de manutenções de serviços por demanda que não foram aprovadas pela fiscalização, seja por a manutenção não ter sido realizada ou por ter sido realizada inadequadamente.

6.17.1.2. Fórmula de cálculo:

$I1 = (\text{Manutenção de serviços por demanda não aprovados}) / (\text{Manutenção de serviços por demanda executados no período})$

Índice (I1)	Redução de faturamento
$I1 \leq 1\%$ (Faixa de tolerância)	0%
$1\% < I1 < 5\%$	1%
$5\% < I1 < 10\%$	2%
$I1 > 10\%$ (Limite máximo para fins de penalização)	3%

6.17.2. Índice de atraso para início das manutenções de serviços por demanda (I2)

6.17.2.1. Trata-se de indicador que mede a porcentagem de manutenções de serviços por demanda que extrapolaram o prazo para início da execução.

6.17.2.2. Fórmula de cálculo:

$I2 = (\text{Manutenções de serviços por demanda com atraso para início}) / (\text{Manutenções de serviços por demanda executados no período})$

Índice (I2)	Redução de faturamento
$I2 \leq 1\%$ (Faixa de tolerância)	0%
$1\% < I2 < 5\%$	1%
$5\% < I2 < 10\%$	2%

I2 > 10% (Limite máximo para fins de penalização)	3%
---	----

6.17.3. Índice de atraso para conclusão das manutenções de serviços por demanda (I3)

6.17.3.1. Trata-se de indicador que mede a porcentagem de manutenções de serviços por demanda que extrapolaram o prazo para conclusão da execução.

6.17.3.2. Fórmula de cálculo:

$I3 = (\text{Manutenções de serviços por demanda com atraso para conclusão}) / (\text{Manutenções de serviços por demanda executados no período})$

Índice (I3)	Redução de faturamento
$I3 \leq 1\%$ (Faixa de tolerância)	0%
$1\% < I3 < 5\%$	1%
$5\% < I3 < 10\%$	2%
$I3 > 10\%$ (Limite máximo para fins de penalização)	3%

6.17.3.3. O prazo para execução de cada atividade será estabelecido pela Fiscalização da ANM, tendo como critério o grau de complexidade de cada trabalho a ser realizado.

6.17.4. Índice de manutenções de serviços por demanda finalizadas sem inclusão de fotos (I4)

6.17.4.1. Trata-se de indicador que mede a porcentagem de manutenções de serviços por demanda finalizadas pela Contratada sem a inclusão de fotos que comprovem a execução do serviço.

6.17.4.2. Fórmula de cálculo:

$I4 = (\text{Manutenções de serviços por demanda sem a inclusão de fotos que comprovem a execução}) / (\text{Manutenções de serviços por demanda executados no período})$

Índice (I4)	Redução de faturamento
$I4 \leq 1\%$ (Faixa de tolerância)	0%
$1\% < I4 < 5\%$	1%
$5\% < I4 < 10\%$	2%
$I4 > 10\%$ (Limite máximo para fins de penalização)	3%

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. O quantitativo estimado da contratação visa atender aos dois edifícios da ANM/DF, conforme demonstrado a seguir:

7.1.1. Edifício próprio:

a) Endereço: Setor de Autarquias Norte, Quadra 1, Bloco B, Asa Norte, Brasília-DF, CEP: 70041-903.

b) Área total: 9.630,57 m²;

c) Situação do edifício:

- Prédio ocupado apenas pela Sala Cofre de dados da ANM;
- Apenas 5 pessoas atuam na edificação.

7.1.2. Edifício alugado:

a) Endereço: SBN, Quadra 02, Bloco N, Edifício CNC 3, Asa Norte, Brasília-DF, CEP: 70040-020.

b) Área total: 3.412,11 m² (ocupando os seguintes pavimentos: térreo, 7º, 8º, 9º, 10º, 11º e 12º andares);

c) Situação do edifício:

- Sede principal da ANM;
- Local de atuação dos servidores e colaboradores, totalizando cerca de 263 pessoas.

7.1.3. A área total da ANM/DF, considerando os dois edifícios, é de 13.042,67 m².

7.2. Serão incluídas nas medições apenas os serviços por demanda aprovados pela Fiscalizados naquele período. Assim, serviços por demanda que forem finalizados pela Contratada no final do mês, de forma a não permitir tempo hábil para aprovação da Fiscalização, serão medidas apenas no período seguinte. Ou seja, o que conta para fins de medição é a data da aprovação do fiscal.

7.3. É obrigação da Contratada comprovar a execução dos serviços por meio do preenchimento de relatório e de fotos do serviço executado. A falta de comprovação pode ensejar a recusa no pagamento daquele serviço, caso não seja aprovado pela Fiscalização.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 528.280,78

8.1. A pesquisa de preços para definição do valor estimado para a contratação foi realizada seguindo as diretrizes da Instrução Normativa nº 73/2020 da SEGES/ME, sendo realizado a seguinte metodologia:

a) Foram realizadas consultas a licitações semelhantes realizadas por outros órgão públicos, tais como: Tribunal de Contas da União (TCU), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC) e Instituto Nacional Seguro Previdência Social (INSS).

b) Fez-se a estimativa dos serviços e materiais que serão demandados pelo período de 12 meses e, em seguida, utilizou-se as planilhas referencias e custo SINAPI, ORSE e SETOP para chegar ao valor final de contratação.

8.2. Os itens inseridos na planilha orçamentária representam os serviços e materiais mais comuns que a Agência necessitará nos próximos meses. Dessa forma, o valor total máximo estimado para a contratação resltou em **R\$ 528.280,78 (quinhentos e vinte e oito mil, duzentos e oitenta reais e setenta e oito centavos)**.

8.2. Caso a Administração opte pela renovação do contrato ao final do período de vigência, os itens constantes da planilha orçamentária poderão ser revistos, de modo que o serviço de manutenção seja ajustado ao planejamento da Agência.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A falta de quaisquer dos itens daqueles que compõem os serviços ou a contratação parcelada dos mesmos interferem diretamente na qualidade do produto final, pois a execução completa dos serviços de forma eficiente e econômica exige que apenas uma empresa seja responsável por sua execução. Desta forma, por ser o parcelamento tecnicamente inviável, os serviços deverão ser executados por demanda tecnicamente definida, respeitado o objeto contratado, não sendo permitidas obras nem reformas de grande vultuos, apenas manutenção corretiva, caracterizada como serviço continuado. Obras e reformas serão objeto de contratação via editais específicos para este fim, seguindo o que prevê a legislação contida na Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e complementada pela Lei 10520 (Lei 10.520, de 17 de junho de 2002). Entende-se por obra o previsto na Lei 8666/1993:

"Obra - toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta."

9.2. Portanto, o desmembramento desses serviços em lotes específicos para cada categoria ou especialidade de serviço se mostra tecnicamente ineficiente. Além disso, o envolvimento de mais de uma empresa em cada serviço necessitaria de um processo de compatibilização que poderia trazer prejuízos à ANM, tanto em tempo de execução, quanto em valor das Ordens de Serviço. Também é importante atentar para a interferência de uma empresa no serviço de outra, que pode acarretar na perda da garantia dos serviços para a contratante.

9.3. Adicionalmente, é importante destacar que o prédio próprio da ANM funciona apenas com a Sala Cofre de dados e passará por um procedimento de reforma completo (Processo SEI nº 48400.700125/2019-75), logo, os eventuais serviços corretivos nessa unidade, caso ocorram, serão pontuais, não compensando, portanto, contratar uma empresa de manutenção especificamente para esse local.

9.4. Por fim, é importante destacar que a viabilidade deste tipo de contratação de forma não parcelada, caracterizada como manutenção corretiva, é justificada pela semelhança desta com outras contratações já firmadas na ANM.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Esta demanda não exige contratações correlatas e/ou interdependentes para sua completa prestação.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Os serviços ora pretendidos são considerados essenciais e visam prover um meio ambiente de trabalho adequado, mantendo-se em pleno e ininterrupto funcionamento as unidades da ANM,

motivo pelo qual se requer um planejamento de âmbito institucional que preveja a contratação, de forma contínua, de prestador especializado para a manutenção predial corretiva, nos imóveis da Agência localizados no Distrito Federal.

11.2. A contratação em comento faz parte do Plano Estratégico da ANM, nas dimensões “Gerir recursos com eficiência e transparência” e “Garantir a atualização tecnológica, contribuindo para gestão eficiente”, de modo que é compatível com o planejamento existente.

11.3. O objeto da contratação foi cadastrado no PGC-2022 - Serviços de Engenharia.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A contratação proposta resultará os seguintes benefícios:

- a) será executada por prestador de serviço especializado, devidamente habilitado, e formação profissional específica para as atividades contratadas;
- b) observará todos os requisitos de segurança e de qualificação exigidos para a execução de serviços de manutenção predial;
- c) não implicará custos com contratação, treinamento e administração de mão de obra;
- e) os padrões ora definidos, que contam com especificações usuais de mercado, permitirão a permanente mensuração qualitativa e quantitativa dos resultados, maximizando o aproveitamento dos serviços prestados;
- d) os parâmetros definidos para o objeto da licitação e para prestação dos serviços possibilitam obter preço compatível com a finalidade estabelecida.

12.2. Indiretamente, todo o público atendido pela ANM será beneficiado porque será assegurado um ambiente de trabalho adequado, o que repercutirá na qualidade e presteza do atendimento.

12.3. A contratação dos serviços objeto desta licitação tem por escopo assegurar o desempenho das atividades finalísticas de forma contínua, eficiente, fácil, segura e confiável. Para atingir tal objetivo a Administração Pública busca, de forma racional, obter melhor emprego de seus recursos visando atingir a eficiência e eficácia de suas ações.

12.4. Por fim, pode-se dizer que não haverá perda de economicidade com esta licitação, pois a contratação é definida por demanda, previamente planejada e orçada. Todas as sanções e metodologia de penalidades visando manter a eficiência e economicidade estarão previstos no Termo de Referência.

13. Providências a serem adotadas

13.1. A Divisão de Projetos, Normas e Reformas (DIPNOR/CONINFRA) deverá elaborar todas as peças técnicas necessárias para compor o Termo de referência para a contratação.

13.2. A Superintendência de Gestão Administrativa (SGA) deverá nomear os servidores para atuarem como Gestor, Fiscal Administrativo e Fiscal Técnico, nos termos da IN /SEGES/MP nº 05 /2017, para atuação na gestão e fiscalização contratual, além de outros atores ou substitutos que julgar necessários à perfeita execução do objeto.

13.3. A contratação do serviço aqui tratado deverá ser realizado em conformidade com as justificativas, especificações técnicas, condições de garantia e de execução dos serviços estabelecidos no corpo deste planejamento, bem como no Termo de referência.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A contratação e a prestação/utilização dos serviços objeto do certame obedecerão às práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na Administração Pública constantes na Instrução Normativa/MPOG nº 01 /2010 e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 10/2012, que trata do Plano de Gestão de Logística Sustentável.

14.2. Contudo, pode-se dizer que os impactos ambientais serão mínimos, uma vez que os serviços terão a característica de manutenção corretiva, com intervenções em espaços já edificados, de modo que não será necessário solicitar autorização dos órgãos ambientais para execução dos serviços. Soma-se a isso a obrigação da contratada em cumprir os critérios de sustentabilidade que minimizará ainda mais a possibilidade de impactos ambientais. Entretanto, pode-se listar alguns impactos possíveis na prestação de serviços, quais sejam:

- a) Utilização irregular de madeira de florestas nativas;
- b) Descarte inadequado de embalagens de produtos utilizados na construção civil;
- c) Descarte inadequado de resíduos da construção civil proveniente de possíveis demolições;

14.3. Para evitar esses danos, a fiscalização deverá atuar no sentido de autuar a contratada, aplicando as penalidades previstas no Termo de Referência, conforme cada caso.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Diante da pesquisa realizada e das considerações inseridas neste documento, a equipe de planejamento concluiu ser viável a contratação do objeto proposto.

16. Responsáveis

KLEBER BOLIVAR MENEGHEL VARGAS

Coordenador da CONINFRA/Engenheiro

ROGERIO PINHEIRO MAGALHAES CARVALHO

Chefe da DIPNOR/Engenheiro civil

VITOR JACKSON XAVIER FILHO

Coordenador da CONLIC/Administrativo

DIEGO GALANTIER

Engenheiro de Produção/DIPNOR

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ORDEM DE SERVIÇO.pdf (140.03 KB)

Anexo I - ORDEM DE SERVIÇO.pdf



AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
COORDENAÇÃO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA
DIVISÃO DE PROJETOS, NORMAS E REFORMAS

ORDEM DE SERVIÇO

Nº _____ inserir número apresentado no sistema.
DATA _____ Data da emissão da O.S.
SERVIÇO: _____ (EC-01; EC-02; EC-03; EC-04; EC-05; EC-06; EC-07)

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO:

MATERIAIS UTILIZADOS

MATERIAL	QUANT.	UNID.	CUST. UNIT.	TOTAL
1.			R\$ -	R\$ -
2.			R\$ -	R\$ -
3.			R\$ -	R\$ -
4.			R\$ -	R\$ -
5.			R\$ -	R\$ -
6.			R\$ -	R\$ -
7.			R\$ -	R\$ -
8.			R\$ -	R\$ -
9.			R\$ -	R\$ -
10.			R\$ -	R\$ -
TOTAL				R\$ -

MÃO DE OBRA UTILIZADA

PROFISSIONAL	QUANT.	UNID.	CUST. UNIT.	TOTAL
1.			R\$ -	
2.			R\$ -	
3.			R\$ -	
4.			R\$ -	
5.			R\$ -	
6.			R\$ -	
7.			R\$ -	
8.			R\$ -	
9.			R\$ -	
10.			R\$ -	
TOTAL				R\$ -

SERVIÇO UTILIZADO

ITEM	QUANT.	UNID.	CUST. UNIT.	TOTAL
1.			R\$ -	
2.			R\$ -	
3.			R\$ -	
4.			R\$ -	
5.			R\$ -	
6.			R\$ -	
7.			R\$ -	
8.			R\$ -	
9.			R\$ -	
10.			R\$ -	
TOTAL				R\$ -

PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS (HORAS/DIAS)

DATA DE ENTREGA OFICIAL DOS SERVIÇOS

CUSTO TOTAL (R\$) _____

ASSINATURA DO FISCAL DO SERVIÇO

ASSINATURA DA CONTRATADA

ASSINATURA DO CHEFE DA ADMININSTRAÇÃO

OBSERVAÇÕES:

Deverão ser anexados à Ordem de Serviço os seguintes documentos:

1 - Termo de aprovação do serviço pelo fiscal responsável;

2 - Comprovação de regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e SICAF pela empresa.